

A VIVÊNCIA DOS TRAVESTIS EM ESCOLAS E NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise bibliográfica do período 2011-2015

Ana Larissa Alencar Santana¹



ISSN: Consultar em
revista.fagoc.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a vivência dos travestis nas escolas e no ensino superior brasileiro por meio de levantamento bibliográfico de artigos publicados na Internet no período de 2011 a 2015 no Brasil, por meio da ferramenta *Google Acadêmico*, além de outros embasamentos teóricos como as obras de Foucault (1987, 1989, 2002, 2009). São destacados especificamente seis casos abordados em pesquisas mais aprofundadas, tratando-se tanto de professores quanto de alunos que passaram ou ainda estão na escola ou universidade, sofrendo ou não preconceitos por falta de conhecimento ou medo dos demais entes que compõem o universo estudantil. O que se conclui, previamente, é que, apesar de existir uma considerável discussão sobre o assunto, na prática permanece um pacto de silêncio em decorrência do poder instalado na sociedade pelo que é considerado “normal” na lógica binária de “homem” ou “mulher”, não existindo outras possibilidades de corpos. O artigo traz a possibilidade de discutir o tema de corpos, identidade e gênero, a partir da concepção de que, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos todos devem ser respeitados e têm direito à educação, além de trazer esclarecimentos sobre um assunto tão complexo para algumas pessoas.

Palavras-chave: Identidade sexual. Gênero. Direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 declara que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. A grande questão é: será que todos são respeitados e tratados com dignidade, respeitando-se mutuamente com espírito de fraternidade, independentemente da opção do gênero e sexualidade?

No Brasil, a implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, ao respeito à identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento de práticas sexistas e homofóbicas encontra respaldo nas propostas de ações governamentais brasileiras, tais como: Programa Brasil sem Homofobia (2004); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); e Programa Nacional de Direitos Humanos (2009) (ALVES, 2013). Essas políticas são parte de um processo de transformação da sociedade marcado inicialmente pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e efetivado a partir da permanente luta política dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista e o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros).

¹ Doutoranda em Educação pela Universidad Nacional de La Plata. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Apesar da existência de políticas que promovam a equidade de gêneros e respeito à identidade de gênero e orientação sexual, no espaço escolar, os modelos sociais de exclusão são reiterados por meio de ações de violência ou descaso, prejudicando os processos de socialização. É nesse ambiente que práticas que legitimem as identidades de gênero na educação assumem uma estratégia fundamental de democratização do acesso público e do reconhecimento social. Assim, cabe à escola e à educação pública instalar práticas e políticas de inclusão social, de democratização e de fortalecimento dos direitos humanos, como está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (ALVES, 2013).

Os estudos relacionados às relações de gênero, sexualidade e diversidade na escola vêm sendo tema de debate nos últimos anos no cenário brasileiro (CASTELLAN et al. 2014; SANTOS; CASTELLAN, 2014; ANDRADE, 2014; DINIS; PAMPLONA, 2014; ALVES, 2013; SILVA, 2013; SANTOS, 2012; REIDEL, 2013; TORRES, 2013; JUNQUEIRA, 2012; SANTOS; SANTOS, 2011; SOUZA; FREITAS, 2011; CRUZ, 2011; CAVALCANTI, 2011; DANILIAUSKAS, 2011).

Desde criança, o travesti apresenta comportamentos diferentes do que é esperado para o seu sexo, já que no conceito “normal” o homem é aquele que possui pênis, o que define seu gênero, e seu comportamento alinhado ao gênero definido pelo órgão genital deve ser o instituído pela maioria como, por exemplo, usar azul e jogar futebol, enquanto a mulher, a que tem vagina, usa rosa e brinca de boneca. No entanto, para aqueles que não estão dentro desta lógica binária que traz o conceito de “normalidade” para a sociedade, como o caso dos travestis, a sociedade faz o uso de mecanismos sociais para enquadrá-los e reforçar as diferenças entre “normais” e “anormais”.

A discussão sobre corpos, sexualidade e gêneros é muito ampla, no entanto este artigo se limitará à vivência dos travestis nas instituições de ensino brasileiras, trazendo reflexões sobre os problemas que eles enfrentam em função da concepção de que os corpos definem os sujeitos.

Para Santos e Santos (2011), refletir sobre o tema *travesti* é “desafiante” para a academia, por romper as fronteiras do gênero, do corpo e da subjetividade num movimento de construção e desconstrução de sujeitos que refletem sobre os seus corpos.

O objetivo deste artigo é discorrer sobre a vivência dos travestis nas escolas e no ensino superior brasileiro, por meio de levantamento bibliográfico de artigos publicados no período de 2011 a 2015.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, iniciei o estudo discorrendo brevemente sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, depois realizei uma busca no Google Acadêmico sobre artigos já publicados em Congressos, Seminários, Revistas no período de 2011-2015 que tratassem da vivência de travestis na escola.

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa por considerar que uma relação entre o mundo real e o sujeito não pode se descrever em números, não requerendo o uso de métodos e análises estatísticas. Quanto à finalidade, é exploratória, não levantando hipóteses que poderão, todavia, ser levantadas no final da pesquisa (MINAYO, 1993; GIL, 1999).

Em relação aos meios de pesquisa, classifica-se como bibliográfica, pois foi realizada por meio da leitura artigos sobre gênero e diversidade sexual na escola, publicados no período 2011-2015, os quais foram obtidos com a ferramenta Google Acadêmico, enfatizando a palavra “travesti”.

GÊNERO, SEXUALIDADE E TRAVESTITIS

Peres (2009, p. 236 citado por CRUZ, 2011) define “travestis” como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da ingestão de hormônios, quer através da aplica-

ção de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses.

Outra definição de “travesti” é apresentada por Pelucio (2009, p. 3-4):

[...] pessoas que nascem com o sexo genital masculino (...) e procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam como homens homo-orientados.

As questões de gênero e sexualidade não se restringem apenas às características biológicas. O gênero é uma ferramenta política nas quais as identidades de gêneros e sexuais se confundem e se misturam, e nem sempre estão evidentes no discurso dos sujeitos. Ou seja, o sexo, pensado como biológico, não determina necessariamente qual o gênero da pessoa “ainda que as normas da sociedade, marcadas pela heteronormatividade, exijam que, se ela possuir um pênis, deve adotar um gênero masculino, desejar e praticar sexo com uma mulher, sendo como alguém que tenha nascido com uma vagina” (SOUZA; FREITAS, 2011; SANTOS; SANTOS, 2011).

Os corpos tendem a ter vários significados e definem também a identidade de uma pessoa. Essa identidade não quer dizer apenas a característica definida pelo binarismo homem para quem tem “pênis” e mulher para quem tem “vulva”. É preciso perguntar, dentro dessa cultura e contexto, que significados esse corpo tem para essa aparência. Pode ocorrer, além disso, que alguém discorde que sua aparência e necessidade estejam em discordância com a aparência de seu corpo.

O corpo não pode ser entendido como algo terminado, mas como uma materialidade provisória, mutante e mutável, vulnerável às mais diversas formas de intervenção, sejam elas, científicas, tecnológicas e/ou eclesiásticas, sejam elas transgressivas e/ou marginais, políticas e/ou culturais, clarificando que o corpo não é universal e absoluto, mas plástico, flexível e relacional, portanto, produzido através de sua socialização e coletividade (PERES, 2011, p. 71)

Para Foucault (1987), o corpo é apresentado como superfície e cenário de uma inscrição corporal, já que o mesmo é a superfície inscrita pelos acontecimentos, engendrados por uma ordem discursiva que regula os prazeres e expressões, deixando-o sempre à deriva. Na visão foucaultiana, nem mesmo o corpo é suficientemente estável para servir como base de auto reconhecimento ou de compreensão genérica das outras pessoas, evidenciando a constância da inscrição cultural que se abate sobre o mesmo.

Não podemos desconsiderar que existem travestis nas escolas e tampouco deixar de discutir nossas práticas e condutas como professores tanto com estes quanto com outros alunos que sofrem preconceito, violência e discriminação, tais como gays, lésbicas, portadores de HIV, transexuais, etc.

Diante do que foi apresentado até agora, muitas questões são levantadas até o que foi discutido até agora: os corpos definem os sujeitos? Quantos e quais corpos são possíveis? As diferenças que existem entre os corpos são somente diferenças ou elementos carregados de sentidos socioculturais? Existem relações de poder/saber/verdade sobre corpos e identidades? (CRUZ, 2011; SANTOS; SANTOS, 2011).

Na ótica foucaultiana, as travestis estão inseridas num contexto de saber-poder, já que a sociedade tem um saber que aprisiona o corpo a um discurso ideal o qual é binário “homem” ou “mulher” segundo suas características fisiológicas, portanto não há espaço para um corpo diferente como a das travestis.

Silva (2013, p.2) descreve que a travesti desestabiliza a correspondência direta sexo-gênero-identidade, embaralhando as fronteiras do masculino e do feminino, não sendo homem nem mulher, mas também homem e mulher no mesmo corpo. Ela é não mulher e não homem, ou quem sabe tudo ao mesmo tempo, sendo uma árdua tarefa classificá-la.

Foucault (2002), em “Os anormais”, relata como o poder, técnicas de exame, descrição e disciplinas como a psiquiatria e o direito produziram figuras de anormalidade a serem

contidas, controladas e regidas por instituições normativas:

A grande família indefinida e confusa dos “anormais”, que amedrontará o fim do século XIX, não assinala apenas uma frase de incerteza ou um episódio um tanto infeliz na história da psicopatologia; ela foi formada em correção com todo um conjunto de instituições de controle, toda uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição; e quando tiver sido quase inteiramente coberta pela categoria da degeneração, dará lugar a elaborações teóricas ridículas, mas com efeitos duramente reais. (FOUCAULT, 2002, p. 413).

As observações de Foucault são reforçadas por Torres (2013), que define travestis e transexuais como sujeitos desclassificados por discursos que os produzem a partir da desordem social e psíquica, pois têm sido associados à prostituição e aos diagnósticos psicológicos e psiquiátricos, entre outros dispositivos orientados pela heteronormatividade.

As sociedades têm, cada uma, seu regime de verdades, discursos que escolhem o que é certo ou errado, criando regras de comportamentos e ações, o que é ou não permitindo. O poder produz saber, sendo possível construir um saber sobre o corpo, assim cria-se um estigma, uma verdade sobre os travestis nesta rede de poder e saber.

As travestis são pessoas vistas como “anormais” por uma parte da sociedade (CRUZ, 2011), mas não podemos negar a existência dessas pessoas como seres dotados de sentimentos, caráter, e sequer tratá-las de modo diferenciado do que é entendido como “normal” dentro do conceito tradicional da figura homem ou mulher. Tal qual a inserção dessas pessoas dentro das instituições de ensino, sejam como alunos (as), professores (as) ou funcionários (as).

A ESCOLA E OS TRAVESTITIS

Sexualidades, gêneros e os corpos são construções humanas, históricas e culturalmente definidas que enfatizam a necessidade de promoção do que está escrito na DUDH, bem como os direitos sexuais, visando à compreensão das

diferenças na construção das relações sociais, incluindo as relações escolares, haja vista que a escola não deixa de lidar com o corpo e a sexualidade, muito embora o faz apontando para certas “normas” e “padrões”, conduzindo a um modelo de educação escolar que admite apenas uma forma de experiência da sexualidade, a heterossexualidade (CASTELLAN et al. 2014; DINIS; PAMPLONA, 2014; SANTOS; SANTOS, 2011).

Conforme Santos e Castellan (2014, p. 790), é impossível adentrar no espaço escolar e não percebermos algo das diferenças, aquilo que não é comum, o que não é parte do nosso cotidiano, pois isso de alguma maneira nos afeta, seja cativando, repelindo, provocando nossa admiração ou repulsa. No entanto essas manifestações são silenciadas em prol da imposição de determinados padrões e ideologias de homogeneização e dominação social. Essas diferenças não são reconhecidas como um direito humano, levando à exclusão, preconceitos e violação de direitos. Os autores explicam que essas diferenças não são apenas em relação ao sexo, mas como o lugar ou não lugar ocupado pela menina grávida, os meninos que pintam as unhas, os corpos com *piercings*, a utilização do banheiro e do nome social por travestis e homossexuais no espaço escolar.

A heterossexualidade está dentro dos padrões “normais” expressos nos currículos e práticas escolares, sendo as pessoas LGBT ausentes nesses processos educacionais, ou seja, as escolas discutem a heterossexualidade e seus direitos, mas não fazem o mesmo com outras possibilidades de sexualidade, o que pode transformar a escola em um ambiente hostil, com consequências físicas, emocionais e para o desenvolvimento de pessoas LGBT. Como exemplo, o *bullying*, injúria ou assédio, físicos ou verbais, que levam os alunos a frequentarem menos as aulas, a abandonarem as escolas, passarem por problemas de sociabilidade e de relacionamento com o “outro”, levando-os inclusive a vulnerabilidade quanto ao uso de drogas e até mesmo ao suicídio (DANILIAUSKAS, 2011; SANTOS; SANTOS, 2011;)

Muitas vezes, por falta de programas educacionais, as instituições de ensino têm dificuldades em abordar questões ligadas à orientação sexual e de gênero, mostrando-se insegura e perdida diante de situações que não estão presentes em seus anuais. Assim, ratifica os modelos sociais de exclusão com ações violentas (discriminação e expulsão), como veremos em alguns casos a seguir, ou de descaso fazendo de conta que nada está acontecendo. Por estas e tantas questões, a escola, na vida das travestis, é mais um lugar de exclusão, já que estes não têm possibilidade de afirmação de sua identidade. Justificando-se pelo temor de uma imaturidade e em nome de um cuidado para com os estudantes, a escola nega as estudantes travestis um espaço que lhes permita estudar e manifestarem-se como realmente são sem dissimulações e farsas (RODRIGUES et al., 2014; SANTOS; SANTOS, 2011).

Na visão binária “homem” ou “mulher”, o corpo travesti dificulta a realização de um dos principais objetivos da escolarização: a produção do olhar domesticado que, em se tratando de corpos, vê machos e fêmeas antes de qualquer outra distinção. Logo, o travesti questiona o corpo transcendente, as fixações identitárias, os pressupostos da sexualidade, as verdades escolares, a própria construção do sujeito do conhecimento e ainda promete prazer. A instituição escolar não suporta a diferença do corpo travesti, que, por ser um híbrido e não operar na binariedade dos opostos metafísicos, rompe com o realismo que embasa a razão curricular (SILVA, 2013, p. 10).

Aprender a lidar com a materialidade do corpo e seus efeitos no currículo escolar, assim como nos discursos pedagógicos, passa a ser o desafio da pedagogia como estratégia de governo de si e de outros, já que, para Foucault (2009, p. 44), “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Assim, a pedagogia escolar deve reconfigurar-se continuamente, ampliando seu campo de ação para dar conta dos corpos que escapam e desestabilizam a produção do

sujeito da educação. A escola pode e deve desencadear processos dialógicos e de reinvenção e dignificação da vida, promovendo práticas que teriam como eixos a promoção da igualdade e o direito à diferença não reificada (SILVA, 2013; JUNQUEIRA, 2012).

Caso 1 – O caso de João/Joana (o banheiro)

A utilização do banheiro nas escolas é problematizada por vários autores (CASTELANN et al. 2014; CRUZ, 2011; SANTOS; SANTOS, 2011) ao questionarem: “em qual banheiro um travesti deve “fazer xixi” na escola? No banheiro dos meninos? No banheiro das meninas? Esse episódio é recorrente para essas pessoas, em função do que se estabelece como “normal” para a sociedade quanto ao funcionamento dos banheiros, já que os meninos têm pênis, logo vão para um banheiro, e as meninas têm vulva, e vão para outro. Se alguém foge a esse processo, a confusão se estabelece.

Na descrição de conversas com professores num projeto sobre sexualidade, gênero e corpos, Castelann et al. (2014) discorrem que um professor observou que Monick era travesti e nos instrumentos avaliativos, mostrou-se bastante eficiente.

Nesse mesmo projeto citado anteriormente, um professor relata que uma travesti sempre aparecia com infecção urinária, por passar todos os horários da escola segurando a urina, por vergonha de utilizar o banheiro.

Cruz (2011) descreve relatos de diretores e diretoras da rede estadual de ensino de São Paulo, alunos e colegas, profissionais da saúde e do movimento social, pistas do filme Transamérica, textos sobre relações de gênero e algumas ideias de Michel Foucault. Uma das situações relatadas pela diretora é o caso de um aluno chamado João, que passou a se vestir como menina e se denominar Joana, causando conflito entre os alunos, pois nem os meninos queriam que ele usasse o banheiro deles, nem as meninas que usasse o banheiro delas. A solução foi usar o banheiro da diretoria. A autora reconhece que as travestis têm muitas dificuldades no cotidiano da escola – desde a resposta da chamada,

até o relacionamento com colegas, professores e direção. Para ela, todos os tipos tidos como “anormais”, como gays, lésbicas, negros, portadores de HIV, têm sua cidadania e direitos frequentemente violados, não necessariamente pelo descaso dos dirigentes das escolas que muitas vezes buscava caminhos para solucionar a questão. No entanto a autora relata que a perspectiva era sempre binária – ou isto ou aquilo, ou homem ou mulher – em premissas religiosas ou científicas – classificatórias e patologizantes.

Em seu artigo, Cruz (2011) observou diversas posições ao debater a questão do uso do banheiro no caso de João:

1. O banheiro adequado era o “dos meninos”, porque *ele* tinha pênis, então tinha que usar o banheiro dos meninos;
2. O banheiro que deveria ser utilizado era o “das meninas”, porque *ele* agora era mulher, se vestia como uma mulher;
3. O banheiro a ser utilizado era o “da diretora”, ou “dos professores, funcionários”, que significava uma proteção, porque podiam bater no(a) aluno(a) no banheiro dos meninos;
4. O banheiro a ser utilizado era o “da diretora”, porque era difícil debater esse tema com as famílias da escola;
5. O banheiro a ser utilizado era o “dos meninos”, porque ele não poderia ferir o direito das meninas a ter privacidade;
6. O banheiro a ser utilizado era o “das meninas”, porque os meninos zombavam e podiam bater nele;
7. O banheiro a ser utilizado era o “da diretora”, porque os professores/as não gostavam da ideia devê-lo utilizando o seu banheiro;
8. Ele(a) poderia usar o banheiro que quisesse (poucas pessoas com esta visão);
9. Talvez precisássemos de um terceiro banheiro;
10. Talvez pudéssemos ter nas escolas

um banheiro só (para alunos e alunas) (poucas pessoas com esta visão).

Cruz (2011) relata que a maioria das opiniões se dividia entre os pareceres acima, mas duas posições minoritárias a inquietaram. Uma aluna de psicologia sugeriu “fazer xixi em casa” e algumas diretoras pensaram em estipular um horário para que a travesti fosse ao banheiro (um pouco antes ou depois do intervalo). Outro ponto curioso nesse artigo é um debate que indagava: [...] mas, e nas nossas casas, homens e mulheres não usam o mesmo banheiro? E a resposta: mas são familiares, são conhecidos. Uma das diretoras definiu: “Nossa! Do modo como esta questão é tratada, parece que o banheiro é o RG do aluno na escola”.

Quanto ao banheiro, para o caso dos travestis, este se apresenta muito mais que um espaço onde o ser humano busca a sua realização das necessidades fisiológicas, apresenta-se assim como um espaço de categorização entre corpos como “femininos” ou “masculinos”, onde não se encaixam os corpos das travestis.

Caso 2 – Professor Jaquison Ribeiro

Jaquison é professor da escola pública de Salvador e seu caso foi relatado no trabalho de Souza e Freitas (2011). Na entrevista, a travesti disse:

Eu me sinto ser humano, eu acordo ser humano. Eu não estou dentro de uma escola ou dentro de um ônibus e fico pensando se estão me olhando se sou homossexual. Eu não me auto rotulo, eu sou um ser humano diferente, porque todos nós somos. Eu sou professor e me considero um ser humano muitíssimo respeitado.

Jaquison não tinha o estilo totalmente feminino, como definem as autoras: “Poderíamos pensar como uma pessoa que transgride as normas de gênero ao transitar entre os polos masculino e feminino”. A questão levantada pelas autoras foi: como a presença desse profissional impacta em sala de aula?

As autoras relatam que, no tempo em que estiveram na escola e pelas entrevistas rea-

lizadas com o professor e a direção do Colégio, não perceberam nenhum tipo de estranhamento ou discriminação. Os alunos e alunas, de cerca de nove anos, demonstraram grande carinho pelo professor dentro e fora de sala de aula. Em entrevista com a diretora da escola, a mesma disse que “o valor não está na orientação sexual, está no trabalho. Quando você tem os argumentos, você cala as pessoas. Existiam algumas pessoas que perguntaram seu eu tinha coragem de contratar ele. A coragem seria a de contratar um professor ruim. Aí eu realmente não teria”.

Para as pesquisadoras surgiu uma outra pergunta: por que Jaquison é bem aceito e até goza de certo prestígio dentro do estabelecimento? E chegaram à conclusão de que ele é um professor assíduo, carismático e que aceita desafios. Em um ambiente que é marcado por carências de recursos humanos, Jaquison se sobressai ao dedicar muito tempo ao Colégio. Além disso, outro aspecto importante é que ele é ex-aluno da escola, estagiou no local e morava perto.

As autoras relatam que a travesti não agrada a todos da mesma forma, mas não se incomoda, justificando que “nem Jesus Cristo agradou a todos”. Para a própria travesti, o fato de sua homossexualidade ser explícita é o que gerou o respeito da comunidade escolar.

Caso 3 – O caso de “Bela”

Andrade (2014, p. 4) relata em seu artigo “Travesti: a negação da escola e da vida”, as resistências e assujeitamentos vivenciados por uma jovem travesti dentro e fora da escola, a quem chama de “Bela”. A pesquisa foi realizada no estado do Ceará. Segundo a professora, Bela sofria constantemente agressões físicas do pai, que não a aceitava e chegava mesmo a negar-lhe comida. Sua prima, também travesti, relata à professora que

[...] como ela não podia sair de casa maquiada, sempre fazia sua transformação na escola, às escondidas, até criar coragem e sair de casa da forma como gostaria, bem maquiada, como as garotas de sua escola. Mas essa atitude lhe rendeu várias agressões: física, psicológica, verbal e moral.

Essas observações são corroboradas por

Santos e Santos (2011) ao escreverem que, para os travestis, a família e a escola são os primeiros ambientes em que esses jovens serão vistos como estranhos.

A professora relata ainda que, na escola, Bela não foi das alunas mais dedicadas aos estudos, mas tinha boa socialização, por ser extrovertida. No entanto, não aceitava nenhuma forma de expressão corporal ou verbal que a diminuisse, principalmente em relação ao fato de ser travesti, e com isso acabou se envolvendo em alguns conflitos agressivos com alunos (as):

Quando eu ia passando, aí a menina mangou de mim, ficou fazendo zombagem, aí não aguentei. Eu passava, e toda vida ela me chamava de viado, aí eu peguei um dia os cabelos dela, puxei e dei uma mãozada na cara dela. Aí o diretor pegou, botou eu pra diretoria e deu uma suspensão, ia me expulsar, né? Só que ela resolveu sair da escola com medo.

Segundo Andrade (2014), essas reações complicam ainda mais a situação da travesti na escola e, no caso de Bela, pode-se entender que esse ato de violência é uma contraviolência à violência anterior. Para a autora, apesar disso, ela percebeu a escola como “um meio pra conseguir a conquista de metas de vida, mas sempre pelos preconceitos às vezes a gente acaba desistindo”. A professora relata que na escola até o uso do banheiro passou a ser motivo de disputa para Bela, pois a sua utilização afirmaria ou negaria seu gênero.

No artigo de Andrade (2014), é perceptível como os diferentes agentes educacionais agem em relação ao tratamento com a travesti em questão. O diretor da escola permitiu que Bela passasse a frequentar o banheiro feminino e, segundo ela, as meninas da escola passaram a aceitá-la. No entanto, ela relata a discriminação feita por uma professora no momento de uma avaliação: numa conversa entre amigas, a travesti passou a resposta para o grupo e foi acusada de receber as respostas, sendo ameaçada pela professora de ter a prova cancelada, até que suas colegas fossem explicar que Bela não estava pedindo informações, mas fornecendo as respostas, o que

levou a professora a pedir desculpas.

Andrade (2014) relata:

Com esse acontecimento, podemos perceber os signos negativos atribuídos às travestis. Mesmo sem saber o que estava acontecendo, a professora tinha certeza de que quem estava pegando respostas dos outros era a travesti e tratou imediatamente de puni-la, não ocorrendo o mesmo com as demais garotas que participaram do fato.

Assim, questionam-se as impressões negativas que muitos têm em relação aos travestis e que nem sempre existem pessoas dispostas a defendê-las, seja em sala de aula ou não.

Andrade (2014) relata que a travesti foi expulsa da escola, pelo fato de Bela ter atingido o vigia da escola com uma pedra. Contudo, na visão da autora, o que realmente levou à expulsão da garota foi toda a sua performance transgressora na escola. No entanto, a expulsão não teve nenhuma advertência verbal ou escrita, e nem sequer foi consultado o Conselho Escolar ou a Congregação de Professores, que deveriam estar presentes para tomar a decisão. O próprio diretor não hesitou e deliberou pela expulsão. As questões da própria autora do artigo nos levam a muitas reflexões: por que ela não foi ouvida? Por que não ouviram as testemunhas? Por que prevaleceu a palavra do vigia? Caso a autora do arremesso da pedra tivesse sido uma das garotas mencionadas por Bela, a situação teria sido a mesma? Esta teria sido ouvida para esclarecer os fatos? A família teria acatado tal decisão? Assim, entende-se que muitas questões deixaram de ser averiguadas.

Andrade (2014) relata que Bela já tinha perdido a família, o trabalho e a escola, mas se mantinha firme em não abdicar de ser ela mesma, ser travesti, mesmo sabendo que suas maiores perdas e sofrimentos estavam relacionados a essa forma de vida transgressora. A travesti é definida por Bela como a “coisa melhor do mundo”, mesmo ela tendo sofrido espancamentos e sido expulsa de casa, do trabalho e da escola em razão de sua singularidade. Ela passa, apesar disso, uma ideia de bem-estar interno que prevalece sobre as torturas materiais e físicas sofridas.

No final do artigo de Andrade (2014), a autora nos relata o incidente do assassinato de Bela, numa espécie de “crime encomendado” por ela ter revidado e ameaçado uma pessoa da cidade em uma briga. A questão de ela ter sido agredida inicialmente não foi considerada, mas o fato de ter revidado. E conclui, assim, a autora do artigo:

A travesti sendo identificada como anormal, um monstro, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ou psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). A pressão é tão grande que muitas acabam, forçadamente, entrando neste jogo, outras se matam e algumas resistem na luta como Bela mesmo que sua vida esteja em jogo, afinal não existe vida quando não se deixa existir. Como dizia Charles Chaplin, “a vida é uma peça de teatro que não permite ensaios”, a Bela (travesti) é uma pessoa que cantou, chorou, dançou e viveu intensamente, antes que a cortina da vida se fechasse e a peça terminasse sem aplausos. Dentre os resultados fica elucidado a negação da citada travesti no espaço escolar e para além deste, culminando no confinamento e na exclusão, que a transformou em desviante e indesejada.

Caso 4 – Marina Reidel

Reidel (2013) é uma professora travesti que escreveu uma dissertação intitulada “A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação brasileira”. Ela abre seus escritos com o relato de sua experiência na escola e relata que, quando comunicou a sua diretora que iria fazer as cirurgias para transformação do seu corpo, houve inicialmente um choque, mas ela resolveu apoiá-la com a divulgação de leis sobre discriminação e preconceito, e solicitou aos professores que conversassem com os alunos sobre o assunto, inclusive o professor de ensino religioso. A vivência da própria professora a motivou a pesquisar se existiriam outras professoras transexuais e travestis na educação brasileira, como vivem e onde estariam.

Em seu trabalho, Reidel localizou 40 pro-

fessoras e professores transexuais e travestis, dentre os quais contatou 7 para entrevistar e fazer a sua dissertação. As entrevistas foram realizadas entre junho de 2011 e março de 2013.

Uma das passagens de sua dissertação que chama atenção é o relato de Reidel sobre a diferença entre o ensino do professor tradicional e o do professor *trans*. É muito difícil a professora *trans* passar no anonimato ou evitar por muito tempo a negação dos conteúdos que estão além da pedagogia conformada no currículo escolar sistematizado, pois os alunos irão perguntar e questionar coisas relativas às dúvidas do cotidiano sobre sexualidade.

Isso é próprio da nossa sociedade, e Foucault traz a ideia do sexo-rei, em nossa sociedade: as verdades do sexo são muito valorizadas para saber de cada pessoa, para saber se a pessoa é digna ou não. Ela pode roubar e matar, mas se for homossexual vai ser pior do que isso, o que explicaria um pensamento comum como “prefiro que meu filho seja um ladrão do que um homossexual” (REIDEL, 2013, p. 103-104).

Em suas conclusões, Reidel aponta que: a) o corpo das professoras desperta curiosidade sobre a temática para os alunos; b) dificilmente essas professoras serão referências maternas, ou seja, será colocada como mãe ou tia de um aluno ou se adequaria ao modelo de família tradicional visto pela sociedade; c) os alunos recorrem às professoras *trans* para consultá-las sobre tudo, suas particularidades e histórias, inclusive os que não são gays, lésbicas e travestis. Em geral, todos os alunos aproximam-se delas e, muitas vezes, colocam-na em evidência, sendo paraninha, conselheira e até mesmo eleita melhor professora da turma.

Apesar de apresentar pontos positivos acerca do que denomina “pedagogia do salto alto”, Reidel (2013, p. 106) enfatiza que:

Esta pedagogia traz um desequilíbrio entre os saltos, quando observamos os demais professores apontando para essa professora *trans* como impossibilitada de exercer a docência. Ela apresentaria, segundo essa ótica, qualidades e características possíveis para estar entre alunos. Para estes professores, que apontam as situações provocadas pela presença de uma professora

trans como negativa, existe uma provocação de conflito que são, muitas vezes, os mesmos professores, que não conseguem dar conta ou não atingem os objetivos, aproximando as disciplinas aos alunos. Este desequilíbrio fica evidenciado também quando a escola não comprehende estes processos e traz a questão como problema ou incompetência e o alvo é a professora que usa o salto, que ousa e que vive sua vida entre os dois universos e dá conta deste desequilíbrio com jogo de cintura. Entretanto, este pânico moral, recaído sobre estes personagens, muitas vezes, impede que a professora se construa com suas defesas, justamente pela pressão acerca de toda a situação apresentada. Dificilmente, se acusada de seduzir ou instigar os alunos a questionarem sobre os temas da sexualidade, conseguirá se defender ou ser defendida por outra colega.

Essa comparação entre as competências do professor que é travesti e os demais é enfatizada por Torres e Prado (2014, p. 206). Os autores citam que a presença das professoras travestis e transexuais pode indicar alterações na balança do poder entre elas e os demais sujeitos num contexto em que a heteronormatividade delimita o campo da educação, conforme exemplificam os pesquisadores: “podemos considerar que os estabelecidos se constituem quando alguns questionam a possibilidade de elas exercerem a função docente, recusam reconhecer o nome social, evitam socialmente as professoras travestis e transexuais, entre outras questões”.

Caso 5 – Caso Marina de Maceió

Calvanti (2011) publicou um artigo sobre a sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió em Alagoas. A autora relata que muitas travestis

negam o ambiente da prostituição como a única possibilidade de ascensão social, pois, durante as entrevistas elas argumentaram que a educação configura-se num dos pilares importantes para a (trans)formação e inserção na vida social” fato que levou a pesquisadora a “conhecer” o caso de Marina (nome fictício).

Na pesquisa de Calvanti (2011), essa

foi a única travesti que cursava nível superior em Maceió. Segundo ela, trata-se de um caso atípico e emblemático, já que o respeito que obteve dos outros estudantes no ambiente escolar, quando cursava seu ensino médio em uma escola pública da cidade, foi preponderante para ela alcançar outros níveis educacionais.

Para Cavalcanti (2011), é a partir das relações entre os sujeitos docentes, travestis, discentes que se nasce a relação de respeito entre a diversidade de gêneros, em que se aprende a coexistência e respeito à diversidade. O caso de Marina é tratado muitas vezes como atípico, por existirem muitos casos de desrespeito aos travestis, como relata o autor ao entrevistar Fabiana, que diz: "Fui muito discriminada na escola, muitos colegas ficam me apelidando, rindo de mim, mandando eu ser homem, por isso já desisti várias vezes de estudar. Estou voltando agora novamente" (FABIANA, 19 anos, 1º ano ensino médio).

O que se conclui é que a realidade não é sempre a mesma: existem situações e situações. Nessa pesquisa realizada em Maceió, vemos casos em que travestis são bem aceitas e outros em que isso não ocorre.

Caso 6 – Caso Whitney e Paola

Esses casos foram apresentados no estudo produzido por Santos e Santos (2011). O primeiro relato na vivência escolar é o de Whitney:

Na escola, quando eu ia pra escola ninguém sabia, entendeu andava no meio dos meninos, brincava de bola, ficava no meio dos meninos homem, homem mesmo, menino vagabundo, ladrão sentava de junto de mim e tudo conversava comigo, me tratava como homem porque não sabia, aí depois quando foi um dia um tempo de festa que eles me viram vestida de mulher e viu que eu estava ali, aí começou o preconceito na escola você enganou a gente, tirou a gente como otário, você tirou a gente como viado, aqui no meio da barreira não tem viado não, você tirou a gente como cobaia. Eu enfrentei muitas coisas, ou seja, preconceito, apanhei muito no meio dos colegas, de me esperar na hora de ir embora pra poder me bater, não querer nem que eu sentasse perto, quando eu chegava pra conversar saia daqui vá, saia

daqui vá, se não vou lidar um bucado de murro, se não vou estourar você de murro. (SANTOS; SANTOS, 2011, p. 6).

Outro momento relatado por Whitney é quando ela chega à escola vestida como mulher:

Quando *cheguei* na escola que me viram de mulher, feminina (*perguntaram*) o que foi que aconteceu? Os meninos falaram: "ó pai véri", é isso *mesmo* que você quer, né?! é isso mesmo, aí *começaram* os meninos a *quererem* me bater, e a começar a brigar. Até a professora achava um absurdo. Colocaram-me na diretoria para fazer uma avaliação psicológica pra saber se é isso mesmo que eu queria, aí entrei na reunião com a professora, tinha um psicólogo, o psicólogo da escola, aí a professora perguntou: vem cá Cris, é isso mesmo que você quer? é isso mesmo que você acha bonito você estar passando no meio do povo e as pessoas te tratando assim desse jeito? (Alguns erros de português foram corrigidos pela autora para que ficasse mais compreensível).

Observamos, nesses relatos, agressões físicas por parte dos colegas e a abordagem da própria escola quando leva a travesti para um corpo de psicólogos com questionamentos do tipo "você acha bonito você estar passando no meio do povo e as pessoas ta te tratando assim desse jeito?".

Na entrevista com Paola, perguntou-se sobre a possibilidade de ela voltar a estudar, e a resposta foi:

Eu se eu pudesse entrar numa sala de aula eu entraria, mas quando eu penso ter que enfrentar uma classe inteira só me olhando na questão do banheiro, aí fico assim meio em dúvida eu vou ou não vou .Quando se refere ao uso do banheiro feminino em outros espaços públicos] Você entra no banheiro feminino com certa discrição, se você entrar só você mantém a postura, você vai dar um impacto, as pessoas vão perceber que é diferente, mas você entra vai lá, faz suas necessidades e saí, as pessoas vão te olhar mas não vão te dizer nada. Mas se entrar 1,2,3 e começa a fazer aquele alarde, mostra realmente o que você é, aí então vão criar uma polêmica vão embargar, seu banheiro é o de lá, é o de cá. Eu entro e saio normalmente não vejo nenhum tipo de constrangimento a ninguém e a mim.

Paola levanta a questão já discutida no caso de João/Joana: a problemática do uso dos banheiros enfrentada pelos travestis. Para ela, é uma lembrança que a desestimula a querer voltar para a escola.

Outros estudos

Torres (2013, p. 13) realizou um estudo com sete professoras que se autoidentificavam como travestis e transexuais femininas, que têm trabalhado em escolas da rede pública de educação básica, visando responder à seguinte questão: quais as formas de ingresso e sustentação das professoras travestis e transexuais femininas no ambiente escolar? Em seu artigo o autor destaca a política da Rede Trans Educ meio pelo qual encontrou as entrevistadas. Para o autor,

esses grupos têm organizado demandas pelo avanço do reconhecimento social das travestilidades, definindo sujeitos de direitos, constituindo identidades coletivas e políticas, definindo inimigos a serem enfrentados e até criando um vocabulário que possibilitou, entre outras coisas, especificar demandas de travestis e transexuais, como a legitimidade do uso do nome social e a articulação do termo transfobia.

Pamplona e Dinis (2014) escreveram um artigo visando analisar os discursos produzidos sobre o corpo travesti no vídeo “Encontrando Bianca”, o qual narra uma história fictícia sobre os dilemas de uma travesti na escola em que estuda. Esse vídeo conta a história de uma travesti adolescente, que decide se apresentar em sua escola não mais como José Ricardo, mas como Bianca. Os dramas relatados no filme são semelhantes aos casos apresentados anteriormente: violência e discriminação por parte da família, problema sobre qual banheiro usar na escola e o nome no diário de classe se o nome de registro ou o nome social.

Santos (2012) realizou uma pesquisa, dividindo-a em cinco partes, por ele denominadas “cenas”: 1. *a relação com escola*, na qual enfatiza que, no processo de constituição da escola moderna disciplinar, não somente os corpos foram disciplinados, mas também os saberes, produzindo saberes escolares ou a peda-

gização do conhecimento; 2. *a relação com os(as) professores(as) e/ou funcionários(as)*, na qual descreve trechos de entrevistas, na maior parte dos casos de gays e travestis, que sofreram discriminação e abandonaram a escola; 3. *as relações com a instituição, as quais* “explicitam sentimentos de desamparo, evidenciando uma sensação de não pertencimento a esse espaço institucional”; 4. *as negociações necessárias*: parte em que são relatadas experiências em que as estudantes por serem vistas diferentes pelos seus colegas passam a se dedicar mais aos estudos como forma de ganhar respeito e sentirem-se incluídas, como, por exemplo, “eu passo a matéria se for convidada para a festa”, outros passavam a matéria para não apanhar, existiam relatos de todo tipo de negociação; 5. o abandono da escola: a principal é o preconceito e a discriminação.

CONCLUSÃO

As escolas devem trabalhar cada vez mais com seus alunos e professores a temática gênero, corpos e sexualidade, quebrando conceitos e regras pré-estabelecidas por uma sociedade que estabeleceu ao longo do tempo conceitos e dogmas ultrapassados baseados na ótica binária de que o gênero é definido pela genitália, haja vista que vai muito além disso.

A DUDH declara que todos são iguais, mas a verdade é oposta já que tratamentos como discriminação e assujeitamentos são dados àqueles que não se encaixam no modelo tradicional de homem de mulher e são tratados como “anormais”.

O espaço escolar, incluindo-se aqui escolas e universidades, deve ser um local de socialização que agregue a convivência com a pluridade e as diferenças de maneira saudável, além de ser um local para discussões sobre essas diferenças. Talvez a mudança na postura de muitas instituições de ensino e seus agentes possa “convidar” essas pessoas que se sentem excluídas a voltarem a estudar, a não terem medo de estar no ambiente escolar e sofrerem agressões físicas ou verbais, a poderem usar o banheiro

tranquilamente e principalmente serem tratadas com respeito, como todo e qualquer cidadão.

Pode-se concluir que é a necessidade de novos paradigmas de referências que sejam produzidos de forma mais flexível, sem poderes dominantes, binariedades inquestionáveis e, quem sabe, em uma composição de novos modos de subjetivação possam surgir novos sujeitos, mais potentes, mais livres e mais cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. R. Travestis e transexuais na escola: ressonâncias do uso do nome social na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. *Anais eletrônicos do 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero: desafios atuais do feminismo*. Florianópolis, 2013.

ANDRADE, L. N. **Travesti**: a negação da escola e da vida. III Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos (Anais Eletrônicos), 2014, Vitória.

CASTELLAN, B. T. et al. **Entre filmes, conversas e textos**: reflexões sobre corpo, gênero e sexualidade a partir de encontros de um grupo de licenciandos/as e professores/as da educação básica. In: II Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos (Anais Eletrônicos), 2014, Vitória.

CAVALCANTI, M. P. H. **Gênero, educação e diversidade**: sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais da cidade de Maceió. 2011. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades. UFBA: Salvador, 2011.

CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Revista de Psicologia Política*, v. 11. n. 21, São Paulo, 2011.

DANILIAUSKAS, M. (2011). **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do programa Brasil sem homofobia. 161 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. USP: São Paulo, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <www.direitoshumanos.usp.br>.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (Tradução de Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: Richard Miskolci; Larissa Pelúcio. (Orgs.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012, v., p. 277-305.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

PAMPLONA, R. S.; DINIS, N. F. ‘**Encontrando Bianca**’: discursos midiáticos sobre o corpo-travesti. Pró-Posições (UNICAMP. Impresso), v. 25, p. 217-236, 2014.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

PERES, W. S. Travestis: corpos nômades, sexualidades multiplas e direitos políticos. In: SOUZA, Luís Antonio Franscisco; SABATINE, Thiago Teixeira Sabatine; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de Magalhães. (Orgs.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. 1. ed. Marilia: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2011, v. 1, p. 69-104.

REIDEL, M. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação brasileira**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2013, 162 f.

RODRIGUES, J. R. et al. **O trabalho de travestis e seus impertinentes desafios aos estudantes de pedagogia**: uma aproximação a partir do documentário “retratos”. In: III Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos (Anais Eletrônicos), 2014, Vitória.

SANTOS, D. B. C. **Para se pensar sobre a experiência transexual na escola**: algumas cenas. *Revista de Estudos Gays*, v. 6, p. 147-172, 2012.

SANTOS, S. P.; CASTELLAN, B. T. Corpos dissidentes no espaço escolar: normalizações e assujeitamentos. *Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEEnBio)*, v. 7, p. 6789-6801, 2014.

SANTOS, A. S.; SANTOS, Rodrigo M, S. Memórias de trajetórias escolares de travestis. *Revista de Educação, Gestão e Sociedade*, v. 01, p. 01-11, 2011.

SILVA, A. F. O corpo travesti e suas marcas no currículo escolar. In: **Fazendo Gênero 10**: desafios atuais dos feminismos. Florianópolis: UFSC, 2013.

SOUZA, D.; FREITAS, C. **Entre subversões e convenções**: resistência às normas da sexualidade e duas escolas de Salvador. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença,

João Pessoa-PB, 2011.

TORRES, M. A. Docência, transexualidades e travestilidades: a emergência Rede Trans Educ Brasil.In: 36^a Reunião Nacional da ANPEd, 2013, Goiânia. **Anais da 36^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED**. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais. Rio de Janeiro: ANPED, 2013. v. 01. p. 15-00.

TORRES, M. A.; PRADO, M. A. M. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação e Realidade**, v. 39, p. 201-220, 2014.